



GT 09. Antropologia das Mobilidades

Coordenador(es):

André Dumans Guedes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Candice Vidal e Souza (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Sessão 1

Debatedor/a: John Cunha Comerford (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Cristina Patriota de Moura (UNB - Universidade de Brasília)

Este grupo de trabalho pretende abrigar e pôr em relação pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. É nossa pretensão dialogar com trabalhos que abordem as formas, significados, experiências, narrativas e práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, em aldeias ou instituições modernas, nas estradas e caminhos conectando ou localizando-se “entre” lugares como esses. Buscaremos assim aproximar trabalhos oriundos de distintos subcampos da antropologia: a etnologia indígena; a antropologia urbana ou feita nas cidades; os estudos do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais; a antropologia da economia, da política, do estado ou da ciência. Inspirados por certas abordagens pioneiras surgidas nos estudos sobre o campesinato brasileiro, iremos privilegiar investigações onde a análise dessas múltiplas formas e modalidades de movimento esteja orientada pelas reflexões, linguagens e formas expressivas de que se servem aqueles (ou aquilo) que se encontra em movimento. Sugerimos igualmente que os trabalhos apresentados contemplem questões referentes à articulação das mobilidades com a organização de coletivos, identidades e institucionalidades; às desigualdades nas capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover (ou não se mover) decorrentes de diferenças de classe, gênero, geração, etnia ou filiação religiosa; ou às inovações e problemas metodológicos associados ao estudo das mobilidades.

Entre casas e movimento: sentidos e possibilidades de ação política da vigília Lulalivre

Autoria: João Vicente Marques Lagüéns (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A reação à prisão do presidente Lula gerou um movimento sem precedentes que ocupou por quase dois anos a área vizinha ao prédio da polícia federal em que o presidente era mantido. Constituída inicialmente como um grande acampamento para o qual confluíram pessoas e movimentos sociais de todo o país, a Vigília Lulalivre encontrou expressão política construindo espaços para manifestações públicas e a permanência de uma centena de militantes na vizinhança, que permitiu manter atenção à causa e serviu de referência para mobilizações espalhadas pelo país. Elemento crucial para essa permanência foram diversos terrenos e casas mantidos por diferentes movimentos e coletivos na vizinhança, que serviam como alojamento, espaço para refeições, estudo e work. Nessas “casas”, a convivência cotidiana, conversas e fofocas, amizades e tensões construíram o tecido do que foi fazer política naquele lugar. Cada casa acabou assumindo uma dinâmica própria, associada ao “estilo de vida” de seus “moradores”, percebidas quase como se fossem pequenos movimentos ou organizações. Bem ao estilo Levi-straussiano, essas casas assumiram o sentido de “pessoas morais”, combinando diferentes mecanismos de incorporação de seus membros e também mecanismos para produzir sua reprodução, ou manutenção da sua existência para além da presença física das pessoas. Através da multiplicidade de conversas, encontros, e amizades estabelecidas no acampamento, militantes do Lulalivre estenderam redes de relações por todo o país. Quando suas casas não puderam mais se manter no



acampamento, ou tiveram de inventar novas estratégias para continuar a fazer política, as relações ali estabelecidas permitiram que o acampamento Lulalivre se espalhasse pelo Brasil, estabelecendo uma rede que talvez se pareça a uma configuração de casas (Marcelin, 1999). A partir de tais experiências, o presente work pretende discutir como este e outros encontros, deslocamentos e reconfigurações da vida, provocados pela participação em movimentos sociais, configuram experiências e possibilidades de ação política.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: